

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLAS DE GOVERNO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO - CONSEGOV

No dia 20 de abril de 2023, das 10h30 às 11h45, participaram da reunião do CONSEGOV, remotamente, através da plataforma Microsoft Teams:

Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco - R.F. 847.430.0

Secretária Adjunta de Gestão e responsável pela direção da Escola Municipal de Administração Pública – EMASP.

Orlando Carneiro de Ribeiro Arnaud - R.F.: 139.826.1

Gabriel do Carmo Teixeira - R.F.: 897.868.9

Jaqueline Primiani Mol - R.F.: 822.636.9

Juliana Helena Bonat - R.F.: 835.887.7

Solange Guedes de Oliveira - R.F.: 835.947.4

Patrícia Vieira Santos - R.F.: 787.588.6

Rita de Cassia da Cruz Silva Minvielle - R.F.: 835.946.6

Paula Heloisa da Silva Ribeiro - R.F.: 889.430.2

Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP

Secretaria Municipal de Gestão – SG

Allan Souza Santos – R.F.: 836.065.1

Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Beatriz Chaves Dias - R.F.: 886.949.9

Centro de Formação em Controle Interno – CFCl

Controladoria Geral do Município

Roberto Angotti Júnior - R.F.: 753.843.0

Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR

Procuradoria Geral do Município - PGM

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - R.F.: 835.910.5

Escola UMAPAZ

Rosane Segantin Keppke - R.F.: 627.194.4

Escola de Gestão e Contas Públicas

Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM

Pauta:

A atualização do Decreto nº 62.208/23, que regula a estrutura da Secretaria de Gestão, especificamente sobre o art. 90 que diz respeito às atribuições do Conselho de Escolas de Governo da Prefeitura de São Paulo – CONSEGOV.

Deliberações:

A Sra. Regina Pacheco abriu a reunião cumprimentando os presentes e mencionou que o Decreto nº 62.208/23, que dispõe sobre a reestruturação da SEGES, foi republicado em fevereiro de 2023, sem modificações nos artigos 90, 91, 92 e 93, que dizem respeito ao CONSEGOV, isto é, ao Conselho da Secretaria Municipal de Gestão. Na redação que foi publicada, o CONSEGOV é composto pelos Chefes de Gabinete das secretarias que possuem Escolas de Governo como integrantes, e pelas demais secretarias que podem participar com seus Chefes de Gabinete, no entanto, como observadores. A Sra. Regina considerou inapropriado ter os Chefes de Gabinete na composição do CONSEGOV, uma vez que, em geral, eles não estão envolvidos no cotidiano das escolas – além de terem, eles próprios, muitas atribuições. A Sra. Regina

mencionou também que as atribuições do Conselho expressas no texto são excessivas, incluindo definir diretrizes, formular indicadores de desempenho, aprovar instrumentos executivos e deliberar sobre a instituição de escolas de governo – atividades essas que não refletem a atuação do CONSEGOV no momento. Propôs, então, a simplificação do CONSEGOV, transformando-o em um fórum de troca de experiências sobre desenvolvimento de competências dos servidores públicos; sobre os desafios de ofertar capacitação para melhorar o serviço público para o munícipe. A Sra. Regina Pacheco ainda questionou a data da legislação que rege o texto de atribuições do CONSEGOV, expresso nos artigos de 90 a 93 – ela explicou que o decreto 62.208/23 foi publicado sem modificar nada deste texto, mas que ele deveria ter sido revisto, pois a legislação que o rege é datada de muito tempo.

O Sr. Roberto Angotti concordou com o fato de que é necessária a mudança no texto de atribuições do CONSEGOV, que, no seu entendimento, segue o mesmo padrão de funcionamento pelo menos desde 2017. Para ele, é improvável que as coisas mudem se continuarem da mesma forma, por isso apoia mudanças que realmente contribuam para o conselho. No entanto, ele faz uma observação sobre a política de capacitação; ele questiona se não é mesmo atribuição do CONSEGOV monitorá-la, pois não sabe se há outros órgãos fazendo isso. Ele mencionou ter recebido um e-mail da Secretaria de Governo pedindo dados sobre a avaliação da sua escola e sugeriu que o CONSEGOV poderia assumir essa tarefa. Ele se preocupa que a avaliação dessas políticas de capacitação esteja sendo feita dentro de uma estrutura hierárquica, em vez de ser democraticamente avaliada.

A Sra. Regina questionou se o pedido de avaliação recebido não seria uma solicitação para a produção de um boletim do prefeito ou se realmente serviria para a avaliação da política. Ela argumentou que essas solicitações são mais destinadas para comunicação do que para avaliação.

A Sra. Rosane Keppke começou sua fala dizendo que fazia *mea culpa*, explicando que as atribuições do CONSEGOV foram construídas daquela forma, pois ele tinha a proposta para compartilhar recursos e cursos entre escolas municipais. Ela estava à frente da EMASP quando da construção do texto.

A Sra. Gabriela Lima Chabbouh comentou que a sua demanda pontual era para a capacitação da sociedade civil e sugeriu que o CONSEGOV, ainda que não delibere sobre, possa ser um espaço de discussão da política de capacitação dos servidores da prefeitura. Ela propõe que o Conselho divida entre seus membros a grande responsabilidade de refletir sobre isso com outras escolas, dependendo da afinidade temática da formação de cada um.

A Sra. Regina questionou se a política de capacitação da PMSP tinha a função normativa. E mencionou que o CONSELHO não está preparado ou adequado para isso.

A Sra. Gabriela esclareceu que seria mais um acompanhamento e monitoramento da estratégia que seria adotada pela PMSP. Levantou a questão da viabilidade do monitoramento, propôs que o espaço fosse utilizado para discutir e propor estratégias conjuntas de capacitação. Ressaltou que cada secretaria tinha suas próprias estratégias e que o monitoramento era responsabilidade delas. Mencionou, no entanto, a importância de observar os planos setoriais que previam a capacitação dos servidores em áreas temáticas específicas.

A Sra. Regina argumentou que os planos setoriais eram vinculados às escolas – cada uma com as suas especificidades – e que não era papel do CONSEGOV pressionar o cumprimento desses planos. Foi concluído entre os participantes da reunião que não era necessário adicionar mais pressão no cumprimento desses planos e que cada escola deveria observar as obrigações em relação aos planos setoriais de suas respectivas secretarias.

A Sra. Juliana Bonat mencionou que fez parte do CONSEGOV em 2016 e concorda com a simplificação das atribuições, sugerindo, ainda, convidar secretarias que trabalham com formação, mas que não têm escolas. Ela também mencionou que a Secretaria de Educação está planejando estruturar uma escola de formação e sugere que essas secretarias participem ativamente do Conselho.

A Sra. Regina respondeu, então, que a intenção da reunião era ouvir os participantes do CONSEGOV para simplificar as suas atribuições – a proposta é fazer uma minuta do novo texto do decreto para circulação e recebimento de sugestões, sem a necessidade de aprovação formal das demais secretarias.

A Sra. Rosane complementou a sugestão de Juliana, destacando a importância de incluir as escolas de governo e outros poderes no fórum e mencionou a proposta de criação de um portal de divulgação de oferta formativa.

O Sr. Allan Souza Santos concordou com as perspectivas apresentadas e mencionou a dificuldade de elaborar atividades de capacitação com base em planos intersetoriais.

A Sra. Gabriela mencionou que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente está elaborando um plano municipal de educação ambiental e que enfrenta desafios semelhantes em relação às formações previstas nos planos e à educação socioambiental.

A Sra. Paula Heloisa da Silva Ribeiro solicitou esclarecimentos da Sra. Rosane sobre a possibilidade de ter cursos de todas as escolas divulgados em um único portal.

A Sra. Rosane esclareceu que não é uma atribuição do CONSEGOV, mas uma ação decorrente das atribuições de troca e complementaridade entre os membros. Ela compartilhou o link do portal IRB do conhecimento e sugeriu que todos façam parcerias com tal portal. Para ela, seria interessante criar uma ação semelhante no âmbito do CONSEGOV.

A Sra. Regina concordou que, com o avanço digital, faz sentido ter portais abrangentes, permitindo acesso a cursos de várias partes do mundo. Ela também sugeriu que as ofertas de cursos no portal sejam abertas para entidades que não sejam de ofertas exclusivas para servidores municipais. Também levantou a questão se o foco do CONSEGOV deveria ser nos servidores municipais em vez das escolas, mas ressaltou que cada escola tem suas próprias atribuições e políticas.

A Sra. Rita de Cassia da Cruz Silva Minvielle mencionou a ausência de representantes da área de saúde na reunião.

A Sra. Beatriz Chaves Dias mencionou a necessidade de alterar o cargo de chefe de gabinete para diretores, diretores-presidentes, coordenadores e responsáveis pelas escolas no texto referente ao regimento do CONSEGOV.

Os participantes concordaram em criar um grupo no Teams para agilizar a comunicação e a divulgação de informações relevantes para o trabalho, mas destacou-se a necessidade de respeitar os limites entre assuntos pessoais e de trabalho.

A Sra. Regina mencionou a criação do “EMASP indica”, que é uma iniciativa para compartilhar informações úteis com os servidores, relacionadas à capacitação e cursos, e desde que sejam de instituições públicas e de eventos gratuitos. Os participantes concluíram que, desde que a entidade que oferece cursos seja governamental ou sem fins lucrativos, a divulgação entre os servidores pode ser feita. Por fim, o Sr. Roberto pediu a Sra. Regina para compartilhar um parecer obtido pela Assessoria Jurídica de SEGES sobre a divulgação de eventos, para ajudá-lo a tomar decisões futuras. Tal parecer deverá ser encaminhado futuramente aos participantes.

A Sra. Regina destacou a utilidade do CONSEGOV, mencionando que não é apenas para “cortar caminhos” nas dificuldades enfrentadas pelas escolas, mas também para divulgar iniciativas bacanas.

A Sra. Paula mencionou que a Sra. Beatriz e o Sr. Roberto vão fazer um evento sobre escolas de governo e comemoração de aniversário do CFCI, e convidou todos a participarem;

A Sra. Beatriz falou sobre o evento em comemoração aos dois anos do CFCI e convidou a todos para participar, além de divulgar os debatedores;

O Sr. Roberto parabenizou o CFCI pelo trabalho e agradeceu o convite para o evento;

O Sr. Allan mencionou o interesse massivo da rede conveniada de SMADS no curso do Protocolo da Primeiríssima Infância e que já liberaram o acesso das pessoas que não são servidores com RF, mas que estão colaborando em equipamentos para as políticas da prefeitura;

A Sra. Rita confirmou que pessoas que trabalhem na rede e que queiram fazer o curso já têm acesso à plataforma, mesmo que não sejam servidores da prefeitura;

A Sra. Regina fez uma observação sobre essas pessoas: elas precisam ter acesso a informações que envolvam a entrega de serviços públicos municipais;

A Sra. Jaqueline mencionou que a EMASP oferece treinamentos para atendimento empático, e que o curso é para quem nunca o fez antes.

A Sra. Rita comunicou a data da próxima reunião e informou sobre a criação do grupo de comunicação no Teams.

Próxima reunião: 29 de junho de 2023

Tema para próxima reunião: Política de capacitação

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Regina encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Neide Keiko Otsuka, R.F.: 911.188.3, Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP da Secretaria Municipal de Gestão – SG, lavrei a presente ata.